

# A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO NOS ESPAÇOS PERIURBANOS

João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão <sup>1</sup>

## Educação Ambiental

### *Resumo*

O debate sobre os caminhos da sociedade moderna, no cerne das ciências ambientais e humanas, não deve tardar a reflexão sobre a materialização das políticas públicas existentes, especialmente, aquelas relacionadas à educação, posto serem mecanismos necessários ao desenvolvimento sustentável e humano. Destarte, questiona-se que elementos podem contribuir para uma prática significativa da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) em instituições de ensino localizadas nos espaços periurbanos? Objetiva-se com este trabalho fomentar reflexões e caminhos que permitam ponderar como vem sendo desenvolvida a PNEA nas instituições de ensino dispostas no periurbano. A base metodológica deste estudo referenciou-se na abordagem sistêmica, com o entendimento da influência recíproca entre natureza e grupos sociais, destacadamente, nos espaços intertransicionais entre o urbano e suas adjacências. Com isso, são reunidos fundamentos teóricos e empíricos para problematizar a questão, considerando o caso da cidade de Garanhuns, centro intermediário com crescente influência urbana e regional, presente no Agreste meridional do estado de Pernambuco-Brasil. À luz de áreas do saber como a Geografia, evoca-se atenção às diferentes contradições e arranjos socioespaciais que formam os tecidos urbanos, estendendo-se com suas metamorfoses aos espaços periurbanos que, vistos em escalas detalhadas, revelam problemáticas e combinações entre natureza e sociedade. Acredita-se estar diante de um problema que vai além de um aparente arrefecimento da sistematicidade da PNEA, aproximando-se a um cenário potencial de otimização dessa política, por intermédio dos fundamentos da agroecologia e do planejamento urbano participativo, haja vista as características socioespaciais e, portanto, ambientais, políticas, econômicas e culturais, que marcam o periurbano.

**Palavras-chave:** Educação ambiental; Agroecologia; Planejamento urbano participativo; Cidades; Meio ambiente.

## INTRODUÇÃO

O debate sobre os caminhos da sociedade moderna, no cerne das ciências ambientais e humanas, não deve tardar a reflexão sobre as políticas públicas existentes, notadamente, aquelas relacionadas à educação, posto serem mecanismos necessários ao desenvolvimento sustentável e humano (DIAS, 2004; LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2005). Destarte, tem-se refletido sobre como vem sendo a práxis da Política

---

<sup>1</sup>Prof. Dr. IFPE Campus Garanhuns / PPCIAM-UFPE, joao.aragao@garanhuns.ifpe.edu.br.

Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei Nº 9.795/1999 (BRASIL, 1999), nas instituições de ensino cuja localização dá-se em espaços periurbanos.

Nessa guisa, objetiva-se com este trabalho fomentar reflexões e caminhos que permitam ponderar a PNEA em instituições de ensino dispostas nos espaços periurbanos. A partir de ciências, como a Geografia, evoca-se atenção aos diferentes arranjos e contradições socioespaciais que formam os tecidos urbanos, estendendo-se com suas metamorfoses ao periurbano (FURTADO, 2007). Vistos em escalas detalhadas, esses espaços revelam distintas combinações e problemáticas entre natureza e sociedade, salientando que esse contexto encontra relação com as origens da atual crise ambiental.

Sobre essa, tem-se que a produção da ordem globalizada vigorante (SANTOS, 2007), marcada por avanços incríveis no campo científico-tecnológico, mas também pela permanência de mazelas sociais alarmantes, como a pobreza, guerras químicas e nucleares, fome, entre outras, é circunstanciada pela geração de antagonismos diversos que encontram apoio no desenvolvimento histórico das relações sociais influentes do capitalismo internacional. Esse processo, é ampliado desde o começo da modernidade e da propagação geográfica do padrão de desenvolvimento urbano-industrial economicista, moderado na produção e consumo descomedidos (PORTO-GONÇALVES, 2011).

Constituindo as cidades, centros proeminentes ao subsídio da vida cotidiana, entende-se que a crise ambiental contemporânea ecoa nessas de forma assinalada, segundo a posição que elas tomam na rede urbana regional. Em Garanhuns (Figura 01), cidade cujo dinamismo de centro intermediário já fora averiguado em pesquisas feitas por Ubirajara (2015), Ferreira (2018) e Aragão et al (2021), a reprodutibilidade dos espaços periurbanos apresenta problemas conexos para a investigação científica.

Dentre os problemas retro referidos, tem-se as incertezas quanto à efetividade das diretrizes previstas no âmbito da PNEA, questão não exclusivamente educacional, mas igualmente ambiental e socioespacial. Vale frisar que estudos sobre os espaços periurbanos em cidades intermediárias, como Garanhuns-PE, tal como de cidades grandes são escassos nas ciências em geral. Nessa senda, são raros ainda os apontamentos científicos para o pensar, fazer e analisar a PNEA nas instituições de ensino cuja localização geográfica seja em áreas configuradas pela periurbanidade.

Realização

Apoio

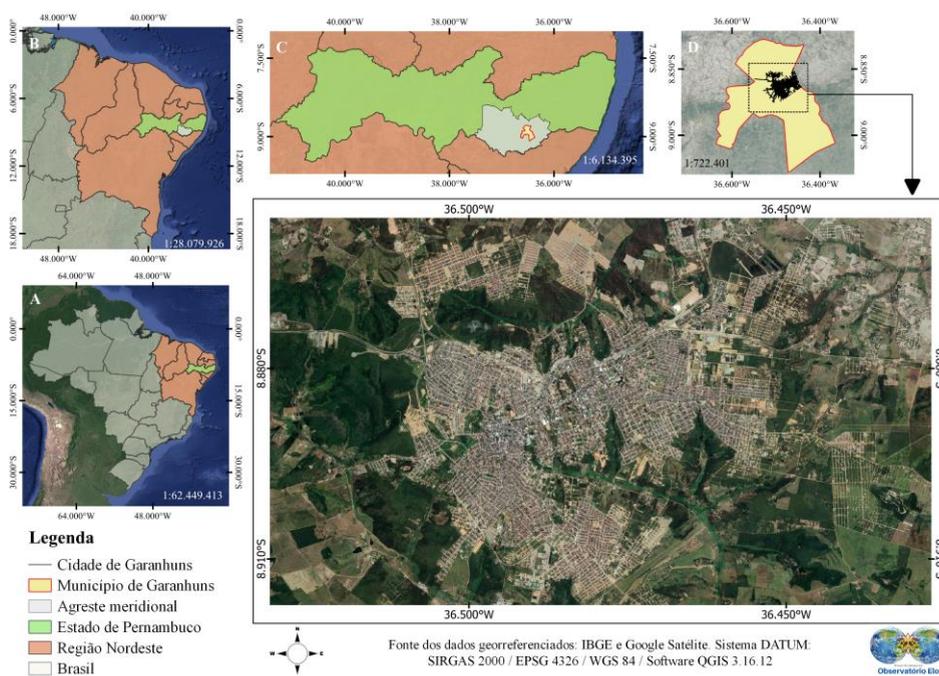


Figura 01: Localização da cidade de Garanhuns – PE / Brasil.

A reprodutibilidade e organização dos espaços periurbanos, portanto, demanda um entendimento especial, não só à luz da distinção com o centro urbano, mas na composição e disposição de seus subsistemas de objetos e ações. Em sendo um recorte espacial que se expressa de modo contraditório, variável e multifacetado, crê-se que a práxis da PNEA precisa estar a ele conexas. Assim, *que elementos podem contribuir para uma prática significativa da PNEA em instituições de ensino localizadas em espaços periurbanos?*

## METODOLOGIA

O suporte teórico-metodológico foi baseado na abordagem sistêmica, referendada por Leff (2010), Morin (2010) e Monteiro (2001). De tal modo, uma leitura sistêmica ampara de forma complexa a intervenção nas realidades periurbanas. Todavia, o lócus de investigação precisa ser representativo e interdisciplinar (FAZENDA, 2008). Neste sentido, crê-se que a cidade de Garanhuns, um centro intermediário com mais de 140 mil habitantes (IBGE, 2022) e crescente influência urbano-regional, presente no Agreste meridional do estado de Pernambuco-Brasil, possui características pertinentes.

Essa cidade possui área central cada vez mais destinada à oferta de atividades de

Realização

Apoio

prestação de serviços e comerciais. Nos espaços periurbanos, complexificados com o tempo, sustenta-se o uso do solo dominante para habitação, agrupando índices elevados de densidade demográfica com diferentes conteúdos ambientais, socioeconômicos e infra estruturais, além de diferentes agentes produtores de espaço (ARAGÃO, 2019).

Citam-se, dentre outros, os especuladores imobiliários, os proprietários de terra, as construtoras, os bancos, o próprio Estado, as indústrias, a população excluída e/ou precariamente incluída nas políticas públicas, as classes sociais com poder de compra mais solvável e residentes em condomínios horizontais de alto padrão, e os agentes sociais investigadores da realidade. Em conjunto, esses agentes externam a vitalidade que os espaços periurbanos têm adquirido neste lugar.

Junto a isso, dá-se a disposição do sítio urbano em um arcabouço geoambiental complexo, instaurando quadros de susceptibilidade em muitos setores. Com vales esculpidos por canais fluviais procedentes de nascentes – hoje – urbanas, solos espessos, protegidos parcialmente por resquícios vegetais de Mata Atlântica e Caatinga, a cidade de Garanhuns apresenta recortes periurbanos com risco geológico. Estes, são oriundos do processo de urbanização acelerado nos últimos 30 anos, vinculado às contradições socioeconômicas, resultado (e.g.) da incompleta política de inclusão social (Figura 02).

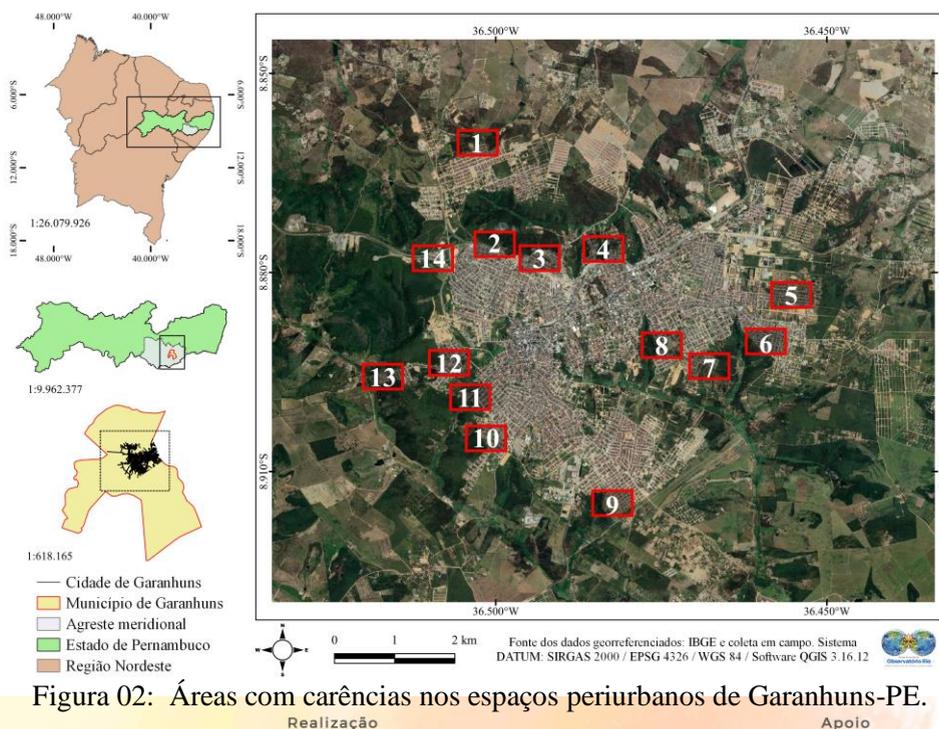


Figura 02: Áreas com carências nos espaços periurbanos de Garanhuns-PE.

Carências de ordem ambiental, infra estrutural e socioeconômica foram identificadas nos (1) conjuntos residenciais Lula I e II / Cohab III, (2) Morro dos Macacos, (3) Cabeça-de-Porco, (4) proximidades do Castelo de João Capão, (5) Massaranduba, (6) Parque Fênix, (7) Jardim Petrópolis, (8) Liberdade, (9) Cohab 2, nas proximidades da área da invasão, (10) Comunidade do Mundaú, (11) Barreira do Inferno, (12) Manoel Xéu, (13) Várzea e (14) Magano. Especialmente, nos setores (2), (3), (4), (6), (7), (8) e (11) notou-se condições de segregação majoradas por riscos socioambientais relacionados a deslizamentos de terra (ARAGÃO, 2019).

Sobre a funcionalidade, tais áreas articulam-se com a cidade variavelmente por meio das infraestruturas técnicas de transportes, energia, saneamento, etc. Em tese, crê-se que as instituições de ensino presentes nestes espaços podem corroborar à efetividade da PNEA, mitigando conflitos e desequilíbrios socioambientais, mediante a abordagem científica e social destes aspectos com suas respectivas comunidades. Mas quais elementos podem contribuir para essa práxis, consideradas as singularidades periurbanas?

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço periurbano, esse contíguo intertransicional (FURTADO, 2007) entre áreas rurais, territórios indígenas e quilombolas, áreas de conservação, entre outros, em relação às cidades, são manifestações da sociedade moderna cuja vida é realizada, muitas vezes, mantendo quadros sociais adversos com desequilíbrios socioambientais. Em Garanhuns, por exemplo, o crescimento da cidade por meio de processos de expansão urbana horizontal, sobretudo, (re)produz setores periurbanos complexos e passíveis a uma práxis de Educação Ambiental (EA). Mas o que seria a EA?

### *A Educação ambiental (EA) e a Política Nacional de Educação Ambiental*

A EA é um processo jovem na história humana e procede do movimento ecológico da segunda metade do século XX (DIAS, 2004; CARVALHO, 2006). Seu desenvolvimento decorre do esforço de elucidação da crise ambiental contemporânea, sendo instrumento de promoção de transformações desejáveis, incentivador do interesse público para a resolução dos problemas ambientais, como explicita Carvalho (2006).

Realização

Apoio

Esse espírito se justifica, pois, apesar do desenvolvimento científico e tecnológico erguido pelo Homem, os momentos de fulgor e grandes descobertas vieram seguidos de acontecimentos como guerras, barbáries, mazelas, sejam de forma excepcional, sejam repletas de ignorância e palermices, incondicionais. No entanto, a formação e o reconhecimento da EA como processo social de desenvolvimento de sujeitos sensíveis e críticos aos desafios ambientais não se ocorreu de forma automática.

Nessa empreitada, dá-se relevo à progressiva trajetória da EA em escala internacional, a partir de 1972 com a Conferência de Estocolmo – Suécia. Em seguida, no ano de 1977, a I Conferência sobre Educação Ambiental em Tbilisi, localizada na então URSS debate o assunto. Vinte anos em frente, é discutida na II Conferência, em Tessalônica – Grécia. Todos esses encontros promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). A realização desses encontros, crê-se, ressoa nacionalmente, implicando eventos correlatos, assim como na criação de políticas públicas (CARVALHO, 2006).

Registra-se no Brasil, em 1973 a EA como uma tarefa da então Secretaria Especial do Meio Ambiente. É no decurso dos trinta anos vindouros, porém, que se consolida o debate e as iniciativas públicas por uma EA. Disso, são desdobradas ações, como a Lei 9.795 (PNEA), de 1999, que conceitua EA como “os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências” no sentido da conservação do meio ambiente, um “bem” de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Neste sentido, frisam-se determinadas características existentes nessa legislação. No Art. 2º aborda-se a EA como componente permanente e essencial para todos os níveis e modalidades do processo educacional. O Art. 3º, inciso III, frisa a delegação das instituições educativas em promover a EA de modo integrado aos programas educacionais que desenvolvem, assim como, no inciso VI, a incumbência da sociedade como um todo.

Sequencialmente, no Art. 4º, nos princípios que balizam a política, estão inclusos: I – o enfoque holístico, humanista, participativo e democrático; II – a concepção do meio ambiente como um todo, considerando a interdependência entre meio natural, socioeconômico e cultural, sob o ponto de vista da sustentabilidade; e a VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais até globais. Esses princípios ajudam

Realização

Apoio

os objetivos da Lei, dentre os quais frisam-se: I - o desenvolvimento da compreensão integrada de meio ambiente em suas múltiplas e abrangentes relações, [...]; III - o incentivo e o fortalecimento de uma consciência crítica a respeito da problemática social e ambiental; e IV - o incentivo à participação coletiva e individual, responsável e permanente, [...] como um valor intrínseco ao exercício da cidadania.

### *A EA nas instituições de ensino e a formação de sujeitos com a realidade*

A recente evolução da EA enquanto tática de luta e resiliência às lógicas de aniquilamento da natureza e dano aos grupos sociais mais pobres, não a separa da sua perspectiva hodierna para a formação de pessoas com olhares holísticos diante da complexidade do mundo (MORIN, 2010). As instituições de ensino, neste âmbito, não devem ser vistas fora da circunstância socioeconômica que compõem.

A sociedade capitalista, segundo argumentam Libâneo, Oliveira e Toschi (2005), confere desafios ao papel social da escola. Não raro, em conflito com a perspectiva de formar cidadãos emancipados, conscientes e críticos de sua realidade no mundo, sobrepondo políticas e programas internacionais, concernentes aos anseios dos grupos hegemônicos do mundo globalizado e a formação exclusiva para o mercado.

Morin (2010) confia que a formação a partir de uma conjuntura de saberes se apresenta como horizonte imprescindível, avançando ante a fragmentação do saber e valorizando sua integração em substituição à lógica da aprendizagem por partes. Em seu posto, um nexos dirigido ao conhecimento do todo, em uma proposição abertamente interdisciplinar, em termos de diálogo entre os campos científicos, teria emergência.

O processo de desenvolvimento de sujeitos sensíveis a realidade requer a compreensão de que a crise ambiental contemporânea é uma das faces da modernidade e de sua forma apressada de mutação técnica – irracional – de apropriação da natureza. O caminho para superação dos problemas que compõem a modernidade é impossível com o tardeamento das soluções à crise ambiental (LEFF, 2010).

Empoderadas pela função de construção sistêmica e intencional de conhecimentos, as instituições de ensino podem colaborar para um outro processo de globalização (SANTOS, 2007), sustentável em prol do humano. Desta feita, enquanto caminhos possíveis, se questiona: o emprego dos fundamentos da agroecologia conjuntamente aos

Realização

Apoio

do planejamento urbano participativo, podem conferir elementos interessantes e adequados à realidade socioespacial periurbana, com vistas a exequibilidade da PNEA?

*Espaços periurbanos e EA: reflexões à luz da agroecologia e do planejamento urbano*

Segundo Furtado (2007) e Douglass (1999), os espaços periurbanos são marcados por elementos relacionados às formas de habitabilidade, diversidade cultural, renda, heterogeneidade econômica, carências sociais de toda ordem, especulação imobiliária, além dos problemas socioambientais que apontam indícios que a presença do Estado não é eficaz, apesar de serem, na atual lógica do urbanismo, espaços que vêm sendo apropriados por grandes empreendimentos de lazer, imobiliários, além de infra estruturais.

Por isso, entende-se que os espaços periurbanos careçam de políticas que os projetem pela natureza de suas dinâmicas, diferentemente do que persiste nas políticas de desenvolvimento territorial atualmente. Reafirma-se a concepção de Douglass (1998) e Furtado (2007), para que tais espaços tenham mais atenção do poder público, a exemplo, das possíveis contribuições das políticas de EA.

A práxis da EA em instituições de ensino localizadas no periurbano pode seguir os preceitos fundamentais da PNEA, dentre os quais, a importância de esta ser articulada em distintos níveis de ensino, integrando questões de escala local, regional, nacional e global. A localização nessas áreas expressa uma oportunidade de problematização da realidade que se concretiza sistêmica e não limitada a um campo idealizado ou puramente teórico, de acordo ao entendimento sobre os espaços periurbanos e perante o que Leff (2010) e Morin (2010) explicam sobre uma abordagem holística.

Dessarte, o objeto tem abertura a ciências como a agroecologia que “se define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (ALTIERE, 2010, p. 23), possibilitando aplicações com vistas à valorização dos agroecossistemas nas áreas de transição do urbano com o rural. Esse cenário ganha atualidade ainda mais acentuada com os efeitos de pandemias, como a Covid-19, servindo como alternativa para as crises ambientais e suas implicações, conforme Altieri e Nicholls (2021) ao apontarem a agricultura urbana.

Desta maneira, cumpre aconselhar a possibilidade da agroecologia, segundo explanam Caporal, Costabeber e Paulos (2011, p. 15), em sua abordagem teórico e

Realização

Apoio

metodológica própria e com o reforço de diversas disciplinas científicas, constituir “uma matriz disciplinar integradora de saberes, conhecimentos e experiências” de diversos agentes sociais, dando subsídio à emergência de um novo paradigma de desenvolvimento rural e, em tese, de desenvolvimento dos espaços inter transicionais do urbano – rural.

Não por menos, o planejamento urbano, guiado pelo pensamento democrático do direito à cidade (LEFEBVRE, 2015), pode ser ferramenta de intervenção. Ainda que seja passivo às corruções da mercadorização das cidades, torna-se instrumento de promoção de direitos e emancipação, quando pensado “no” e “para” o lugar onde vivem as pessoas (MARICATO, 2013). Com este desígnio, Correia et al (2018, p. 129) contam, que a EA “é um ponto de partida fundamental para uma participação social concreta” tendo em vista os processos de planejamento e de gestão urbana.

Este modo de pensar procede de uma das esperanças mais atuais de planejamento urbano, conforme Keinert e Vitte (2009), o participativo. As carências de serviços nas áreas menos privilegiadas da cidade, os problemas urbanos e as lutas por direitos derivam, no mundo – e no Brasil, perspectivas políticas e ferramentas de gestão que, para além de procurarem corrigir as problemáticas das cidades, aspiram aproximar o Estado da sociedade, fazendo que esta tenha máxima participação na tomada de decisões e no processo de governança. Exemplo, são as ações de construção e discussão coletivas para revisão e/ou produção dos planos diretores, concebidos no cerne do Estatuto das Cidades.

A questão ambiental e, consorciadamente, a EA são caminhos admirabilíssimos para a eficiência e eficácia das políticas de planejamento urbano e agroecológicas. Como se deduz de Dias (2004) e Carvalho (2006), a discussão e a luta ambiental são meios indispensáveis para avançar em relação aos ditames perversos da lógica economicista capitalista. Os espaços periurbanos estão nessa realidade e a EA nas instituições de ensino, constitui um caminho estratégico para a cidadania e utopia de uma sociedade justa, inclusiva, plural, digna e sadia qualidade de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação dos fundamentos da agroecologia consorciadamente aos do

Realização



Apoio



planejamento urbano, podem entregar elementos interessantes e apropriados à realidade socioespacial periurbana, incidindo em subsídios à práxis da EA. Crê-se que tais elementos, sistemática e intencionalmente planejados, colaborem ao ensino aprendizagem em distintos níveis de formação, numa perspectiva interdisciplinar, sendo oportunos estudos empíricos que ratifiquem ou sirvam para revisar tais construções teóricas.

Estudos sobre a PNEA em instituições de ensino nos espaços periurbanos de cidades intermediárias, como Garanhuns-PE, são cabíveis. Neste entremeio, compreende-se que as pesquisas científicas desenvolvidas quanto aos temas correlatos, tais quais: agroecologia, planejamento urbano e espaços periurbanos, possam auxiliar práticas significativas de EA, seja em sua atribuição e potencial para a sensibilização sobre os problemas que compõem as realidades periurbanas, seja na sua exequibilidade didático-pedagógica, por exemplo.

De toda sorte, sugerem-se algumas questões norteadoras a partir do já conhecido na cidade de Garanhuns e que podem ser válidas em outros contextos periurbanos: a) De que modo as instituições de ensino estão trabalhando a PNEA? b) Quais as concepções dessas quanto a temas como: EA, meio ambiente, espaços periurbanos, agroecologia e planejamento urbano? c) Quais são as dificuldades e as estratégias didático-pedagógicas adotadas no exercício da EA? d) Existem diferenças nas estratégias e concepções entre as instituições, do ensino infantil à pós-graduação, em suas respectivas comunidades? e) Quais e como as características socioespaciais da comunidade são exploradas pelas instituições? e f) Como as experiências exitosas (ou não) são avaliadas e continuadas?

Em face dos apontamentos realizados, concebe-se estar diante de um problema que vai além de um aparente arrefecimento da sistematicidade da PNEA. Aproxima-se a um cenário potencial de otimização dessa política, por intermédio dos fundamentos da agroecologia e do planejamento urbano, com as características socioespaciais e, portanto, ambientais, políticas, econômicas e culturais, que marcam o periurbano. As instituições de ensino despontam nesse contexto, sem embargos, com um papel vital para a efetivação da PNEA, devendo-se considerar as peculiaridades de cada nível de ensino e as singularidades da localização em que estas se situam no periurbano.

Realização

Apoio

## A AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), por intermédio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelo apoio financeiro. Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste Pernambucano (UFAPE) pela sinergia no âmbito do estágio pós-doutoral ao qual se vincula o presente estudo. E também aos estudantes do grupo de pesquisa Observatório Elo que têm contribuído com este trabalho.

## R REFERÊNCIAS

ALTIERE, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERE**, Presidente Prudente, Ano 13, nº. 16, p. 22 - 32, jan-jun., 2010.

ALTIERE, M. A.; NICHOLLS, C. I. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID-19. **Desenvolv. Meio Ambiente**, Vol. 57, p. 245 - 257, jun. 2021.

ARAGÃO, J. P. G. de V. **Meandros da produção segregada e (in)sustentável da cidade: análise de paisagens e impactos socioambientais nos espaços periurbanos de Garanhuns-PE.** Projeto de pesquisa. Recife: Propesq/IFPE, 2019.

ARAGÃO, J. P. G. de V.; DIAS, V. C.; GALINDO, B. V. C. P.; SILVA, G. G. L. da. Reestruturas urbanas em centros intermediários regionais: reflexões a partir das recentes metamorfoses de Garanhuns-PE. In: SEABRA, G. **TERRA - A Saúde Ambiental para a Vitalidade do Planeta.** Ituiutaba: Barlavento, 2021.

BRASIL. **Lei 9.795 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (orgs.). **Princípios e perspectivas da agroecologia.** Curitiba: IFPR, 2011.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2006.

CORREIA, I. dos S. B.; LAPA, T. de A.; REIS, J. V. dos; SÁ, C. S.; SILVA, F. M.; TRAJANO, R. F. de P. Planejamento Urbano e Educação Ambiental: Caminhos e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável nas Cidades. **Revista Nacional de Gerenciamento das Cidades.**

Realização

Apoio

Vol 6, n. 41, p. 120 - 131, 2018.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

DOUGLASS, M. A Regional Network Strategy for Reciprocal Rural-urban Linkages : An Agenda for Political Research with Reference to Indonesia. **Third World Planning Review**, London, Vol. 20, n. 1, p. 1 - 30, 1998.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: História, teoria e pesquisa. São Paulo: Papirus Editora, 2008.

FERREIRA, G. P. de M. **Das cidades das flores à cidade do evento**: A produção do espaço urbano em Garanhuns. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

FURTADO, M. de F. R. de G. A gestão urbana e regional e as áreas da interface periurbana. **Anais ENANPUR**. v. 12 n. 1, p. 1 - 12, mai., 2007.

IBGE. **Sistema de Recuperação Automática do IBGE**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em 16 de junho de 2022.

KEINERT, T. M. M.; VITTE, C. de C. S. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2015.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.

MONTEIRO, C. A. de F. **Geossistemas**: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2001.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do discurso único ao pensamento universal. São Paulo: Record, 2007.

UBIRAJARA, C. R. C. **Garanhuns-PE, ações educativas e dinâmicas socioespaciais**: uma análise geo-histórica das relações estabelecidas entre religião, Estado e educação. Tese de doutorado. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2015.

Realização

Apoio